

Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento de uma perspectiva multidimensional

David Melo van den Brule

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Diego Coelho do Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Leonardo Nogueira de Queiroga Maciel

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Recebido: 01/03/2017 Versão revisada (entregue): 21/08/2018 Aprovado: 24/08/2018

Resumo

O conceito de desenvolvimento é complexo e possui diferentes abordagens, interpretações, implicações e enfoques. Entretanto, na maioria das vezes, a dimensão econômica é destacada e ocorre a simplificação da própria compreensão e importância do que é desenvolvimento. Nesse trabalho, não nos colocamos a tarefa da escolha de uma definição que julgamos mais adequada no que se refere ao desenvolvimento, sendo o objetivo geral desse artigo incitar reflexões sobre o caráter multidimensional do conceito de desenvolvimento. Alguns aspectos foram escolhidos para o alcance do objetivo, todos relacionados à multidimensionalidade do desenvolvimento enquanto eixo central da argumentação, tais como: a democracia, a articulação com o meio ambiente e a análise dos aspectos sociais, sobretudo, a equidade social. Para tanto, fizemos uso de uma bibliografia que envolve diversas áreas do conhecimento científico. Nas considerações finais, notamos que o desenvolvimento, em qualquer uma das suas concepções, deve resultar em uma análise multidimensional e interdisciplinar que favoreça o conjunto da população em suas múltiplas singularidades.

Palavras-chave | Democracia; desenvolvimento multidimensional; equidade social; meio ambiente.

Código JEL | O10 D63 Q56

REFLECTIONS ON THE CONCEPT OF DEVELOPMENT FROM A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE

Abstract

The concept of development is complex and has different approaches, interpretations, and implications. However, most of the time, the economic dimension is highlighted and occurs the simplification of the understanding and importance of what is development. In this work, it will not choose a definition for development, and the general objective of this article is to stimulate reflections on the multidimensional nature about the concept of development. Some aspects were chosen to achieve the objective, all related to the multidimensionality of development as the central axis of the argument, such as: democracy, the articulation with the environment and the analysis of social aspects, above all social equity. To do so, we have used a bibliography that involves several areas of scientific knowledge. As a consideration, it was noticed that development, in any of its conceptions, must result in a multidimensional and interdisciplinary analysis that favors the population as a whole in its multiple singularities.

Keywords | Democracy; environment; multidimensional development; social equity.

JEL-Code | O10 D63 Q56

REFLEXIONES SOBRE EL CONCEPTO DE DESARROLLO EN UNA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Resumen

El concepto de desarrollo es complejo y tiene diferentes interpretaciones, implicaciones y enfoques. Sin embargo, la mayoría de las veces, la dimensión económica es destacada y ocurre la simplificación de la propia comprensión e importancia de lo que es desarrollo. En este trabajo, no será nuestra tarea la elección de una definición que juzgamos más adecuada en lo que se refiere al desarrollo, siendo el objetivo general de este artículo incitar reflexiones sobre el carácter multidimensional del concepto de desarrollo. Algunos aspectos fueron seleccionados para el alcance del objetivo, todos relacionados a la multidimensionalidad del desarrollo como eje central de la argumentación, tales como: la democracia; la articulación con el medio ambiente y el análisis de aspectos sociales, sobre todo la equidad social. Para ello, hicimos uso de una bibliografía que involucra diversas áreas del conocimiento científico. En las consideraciones finales, notamos que el desarrollo, en cualquiera de sus concepciones, debe resultar en un análisis multidimensional e interdisciplinar que favorezca al conjunto de la población en sus múltiples singularidades.

Palabras-clave | Democracia; desarrollo multidimensional; equidad social; medio ambiente.

Código JEL | O10 D63 Q56

Introdução

O conceito de desenvolvimento logra diferentes abordagens, interpretações e implicações. Entretanto, um dos paradigmas rompidos acerca deste tema foi a sua distinção e separação do viés único do crescimento econômico. Apesar do desenvolvimento contemplar diversas vertentes, sobretudo a econômica, a social, a ambiental e a política, ainda é comum a utilização do conceito de desenvolvimento com complementos, a fim de caracterizar, analisar ou evidenciar um determinado âmbito: desenvolvimento social, ambiental, sustentável e humano.

Debruçar sobre as diferentes dimensões desse conceito implica em enquadrá-las e contextualizá-las dentro de um determinado parâmetro sócio-espacial e temporal, tentando evidenciar a sua potencial diversidade e, de certa forma, também sua evidente relatividade.

A busca pelo desenvolvimento é uma das metas perseguidas pela sociedade atual nas mais diversas esferas e escalas, em que alguns avanços, como a ampliação da oferta de serviços públicos essenciais, foram identificados e outros permanecem como enormes desafios, muitas vezes considerados intransponíveis, como a problemática ambiental e a distribuição de renda.

Neste trabalho, não será nossa tarefa a escolha de uma definição que julgamos mais adequada no que se refere ao desenvolvimento, uma vez que “[...] o conceito de desenvolvimento nunca será, nem poderá ser definido de maneira a agradar a todos, haja vista que se trata de um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar” (SANTOS et al., 2012, p. 58).

Ainda nesse sentido, Moreira (2009, p. 548) afirma que “o desenvolvimento é um fenômeno complexo, multidimensional e que não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora.” Sendo assim, se trata de um conceito com um âmbito de análise cada vez mais abrangente, amplo e multidimensional, que aborda diversas perspectivas que nos levam a suscitar alguns questionamentos, tais como: quais princípios têm norteados a concepção do conceito e quais possibilidades de análise derivam disto? Que escalas serão preponderantes nesta construção? Que peso tem a escala local e a participação cidadã na construção daquilo que se designou chamar de desenvolvimento? Como a questão das desigualdades sociais tem sido enquadrada a nível do conceito em tela? Como surgiu a vertente ambiental frente ao atual processo de busca pelo desenvolvimento sócio-espacial?

Apesar da dificuldade de consenso acerca do conceito de desenvolvimento, uma vez que são variadas as definições, prioridades, ênfases e abordagens, concordamos com a visão de Sen (2000, p. 28-29) quando afirma que:

[...] uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos [...] permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

A partir do exposto anteriormente, é notável que o desenvolvimento abriga e necessita de uma abordagem interdisciplinar e multidimensional, o que o leva a possibilidade de ser analisado em diferentes escalas e ambientes, tendo em vista que engloba não apenas fatores e processos econômicos, mas sociais, políticos, ambientais, culturais, dentre outros.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é a incitar reflexões sobre o caráter multidimensional e de abordagens acerca do conceito de desenvolvimento. Alguns aspectos foram escolhidos para o alcance deste objetivo, todos eles relacionados à multidimensionalidade do desenvolvimento enquanto eixo central de explanação, tais como: a democracia e a participação social no tocante a escolha de medidas e de estratégias de desenvolvimento; considerações sobre a articulação entre desenvolvimento e meio ambiente; análise dos aspectos sociais, sobretudo justiça e equidade social.

Em consequência, para além desta introdução, o artigo se divide em três momentos. O primeiro trata da dimensão multiescalar, o segundo fala sobre a questão da democratização do desenvolvimento e o terceiro é sobre a questão das desigualdades sociais e do equilíbrio ambiental.

O desenvolvimento e sua multidimensão: a dimensão multiescalar

Durante algum tempo, nomeadamente na fase posterior à Segunda Guerra Mundial, o nível de crescimento dos países estava essencialmente associado ao seu desenvolvimento econômico. Contudo, a partir da década de 70, podemos ver um ponto de viragem decisivo nas abordagens e práticas do desenvolvimento, assistindo-se à emergência de novos e mais abrangentes conceitos de desenvolvimento. Os novos conceitos que foram estruturando-se assentam

fundamentalmente em uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar, tais como o desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social.

Sendo assim, podemos destacar o papel preponderante do território/espço, fundamental a qualquer um dos conceitos de desenvolvimento adquiridos e elemento base sobre o qual ocorre o processo dinâmico denominado de desenvolvimento.

“O território não é um dado ou um sítio fixado e sim uma construção social conflituosa, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto” (BRANDÃO, 2001, p. 60). O território entendido dessa forma nos possibilita pensar o urbano como o "lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível." (LEFEBVRE, 2006, p. 79).

Com base nessa percepção, visto que o urbano e a construção de territórios têm se tornado um fenômeno cada vez mais crescente, torna-se pertinente a análise da dimensão espacial do desenvolvimento, mostrando a importância do conceito de multiescalaridade na compreensão da produção do espaço e, conseqüentemente, do desenvolvimento. Essa questão é fundamental para os geógrafos e para todos os pesquisadores dos fenômenos espaciais, pois quanto mais afastamento houver do verdadeiro foco-origem dos problemas espaciais, menos as pesquisas estarão contribuindo para oferecer alternativas sólidas para uma reflexão real e consciente dos atuais desafios, sociais, ambientais e econômicos que a nossa sociedade está enfrentando.

Desse modo, “a divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica na investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, uma vez que permeia todos os seus processos, em todas as escalas” (BRANDÃO, 2004, p. 63). Por isso, é imprescindível buscar construir estratégias multiescalares e enfrentar o debate do papel das escalas espaciais para o entendimento da realidade e a construção de estratégias de desenvolvimento. Sendo assim:

Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço, mesmo quando os sujeitos sociais, que têm menor poder aquisitivo, parecem atados a territórios relativamente restritos (SPOSITO, 2011, p. 130).

Para Brandão (2004, p. 62), “o movimento constante da divisão social do trabalho modifica, refuncionaliza, impõe lógicas externas, adapta, distingue e revela

estruturas e dinâmicas, além de promover redistribuições e redefinições incessantes de agentes, atividades e circuitos”.

Para Milton Santos o motor da divisão do trabalho, atualmente, é a informação, (SANTOS, 2006). A informação tornou prioritária para a constituição e ampliação do capitalismo flexível:

A ênfase na informação também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a minuto sobre tendências de mercado e o tipo de análise instantânea de dados útil para as decisões corporativas. Ela também criou uma situação em que vastos lucros podem ser realizados com base no acesso privilegiado às informações, em particular nos mercados monetários e financeiros [...] o acesso privilegiado a informações de qualquer espécie (tais como conhecimentos científicos e técnicos, políticas do governo e mudanças políticas) passa a ser um aspecto essencial das decisões bem-sucedidas e lucrativas (HARVEY, 1998, p. 151).

Os territórios são resultantes dos processos de especialização da sociedade, o lócus espacial em que se concretizam os determinantes históricos. Atualmente, “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando.” (SANTOS, 2006, p. 80).

As articulações estão submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção, e precisam ser analisadas e observadas, servindo de suporte para o delineamento das estratégias de desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento precisam agir sobre a totalidade do tecido sócio produtivo, pensando o conjunto territorial como um todo sistêmico, buscando reduzir disparidades interescares e combatendo o fosso crescente entre os territórios. No caso dos municípios, as estratégias e soluções a nível municipal são bastante específicas, mas seus problemas, segregação, desemprego, desigualdades e outros tipos de pobreza não derivam apenas do local,

[...] por isso não é possível que soluções meramente locais sejam suficientes - o que não quer dizer que os esforços locais não sejam imprescindíveis! [...] Por sua vez, essas decisões e mudanças dependem do que acontece no contexto internacional [...] (SOUZA, 2004, p. 120-121).

Dessa forma, ao pensar sua articulação com diversas outras escalas, há uma valorização crítica da dimensão política da produção do território em vias de desenvolvimento, visto que é injusto apenas um punhado de atores estabelecerem

as coordenadas a serem seguidas, as prioridades e, até mesmo, o que vem a ser entendido por desenvolvimento.

Portanto, as metas, objetivos, propostas, soluções e estratégias precisam ser criadas pelos próprios envolvidos no processo de produção do espaço, para que a história não seja apenas uma constante alienação e sim um processo de autocriação.

A democratização do desenvolvimento: quais os desafios?

O entendimento de que a democracia pode ser governo por meio do diálogo e em seu corpo promover justiça ao garantir direitos e liberdades, oferece uma compreensão que se distânciava da democracia representativa eleitoreira/convencional, para uma aproximação com a democracia mais direta, participativa e inclusiva, em que, por meio do diálogo, os cidadãos possam formar valores e estabelecer metas. Nesse sentido, um dos benefícios magnos é o aprimoramento da justiça, para que, assim, seja feita a identificação das injustiças na própria oportunidade de fazer parte da construção/transformação do espaço e do seu consequente desenvolvimento.

A democratização do acesso à clareza das informações e à possibilidade de uma ativa participação dos diversos agentes da sociedade na formulação de políticas públicas continuam sendo reivindicações muito atuais, se constituindo em uma das dimensões possíveis de análise do significado do conceito de desenvolvimento.

Para o economista indiano Amartya Sen, a democracia é um ganho que pode ser observado por alguns aspectos, tais como:

Os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Esses processos são cruciais para a formação de valores e prioridades, e não podemos em geral, tomar as preferências como dadas independentemente de discussão pública, ou seja, sem levar em conta se são ou não permitidos debates e diálogos (SEN, 2000, p.180-181).

Para Milani (2008, p. 516), um dos desafios maiores para a gestão pública local diz respeito a necessidade de democratizar e efetivar os processos decisórios na formulação de políticas públicas, sobretudo na concepção das políticas sociais. Devemos pensar a necessária complementaridade entre os diferentes níveis de ação política. As soluções não encontradas no plano nacional podem ser pensadas, desenvolvidas e implementadas criativamente e localmente. No entanto, as ações

públicas locais não podem ser consideradas expressões efêmeras de um localismo e devem estar fundadas exclusivamente na espontaneidade.

As múltiplas razões do crescente interesse pela introdução da participação dos cidadãos na gestão pública local, tanto na América Latina quanto na Europa Ocidental, dizem respeito à crise de credibilidade da democracia representativa marcada pela apatia política dos eleitores, considerável descaso popular por assuntos públicos, significativas taxas de abstenção eleitoral (nos casos em que o voto não é obrigatório) e níveis elevados de corrupção na administração pública. Há uma demanda claramente formulada por atores da sociedade civil em prol da renovação das relações governo-sociedade e de uma redefinição da representação política, uma vez que a representação tradicional se encontra cada vez mais distante da vontade dos representados. (MILANI, 2008, p. 561).

Os conceitos e as teorias urbanas deverão considerar os modos de vida da sociedade, quando, especialmente nas decisões. Assim a autoridade Estatal deixará de ser um fardo social, sairemos da apatia política à interação social, não que essa aconteça sem conflitos, mas que constitua o direito, a autenticidade de exercer decisões sem intermediação, fazendo prevalecer a autonomia do grupo.

Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” (Stoker, 2000, p. 93). O governo é apenas um entre muitos influentes atores sociais que estão envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas (Kickert et al., 1999b, p. 5) (APUD FREY, 2007, p. 121).

Os gestores urbanos recebem crescentes pressões por parte da população e das comunidades locais, e estão expostos aos chamados “efeitos colaterais” do progresso econômico e da globalização, como o aumento do desemprego, da criminalidade, da violência urbana, da deterioração ambiental e da qualidade de vida em geral e demonstram uma grande vulnerabilidade social por não dispor de meios adequados para se defenderem contra essas ameaças que comprometem não apenas a paz social nos centros urbanos, como também a justiça (FREY, 2007).

Nesse sentido, "os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção eficazmente para as necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada" (SEN, 2000, p. 178).

O gestor urbano enfrenta problemas como a criação de condições favoráveis para uma inserção progressiva dos setores mais modernos e dinâmicos da cidade no

mundo da economia globalizada e a procura de medidas e políticas capazes de mitigar os crescentes problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam os setores sociais mais fragilizados e empobrecido. Isso revela o estado precário e delicado da gestão pública em cidades social e economicamente fragmentadas.

Entretanto, ampliar e fortalecer um sistema realmente democrático poderá ser parte constitutiva de um processo chamado desenvolvimento, em que a prática criadora de oportunidades seja acompanhada pela real necessidade das pessoas que fazem parte desse processo, assim, sensibilizando uma melhor compreensão das dificuldades alheias na discussão pública.

Para isso, alguns desafios são enfrentados, como objeções à democracia direta por parte dos defensores da democracia representativa, algo já sistematizado por Souza:

1 A maioria das pessoas não deseja o fardo de uma participação política que vá além da escolha de representantes mediante eleições [...]

2 Os cidadãos comuns não estão tecnicamente preparados para opinar e decidir sobre assuntos complexos, envolvendo interesses de grandes coletividades [...]

3 Mesmo do estrito ponto de vista quantitativo da democracia direta, é inviável em coletividades de grandes dimensões [...]

4 A "democracia dos antigos" estava longe de ser perfeita: basta lembrar a existência da escravidão e a exclusão das mulheres da vida política. Nesse sentido, a democracia representativa contemporânea é muito superior, intrinsecamente (moralmente)[...] (SOUZA, 2006, p. 395-399).

Esses estão dentre tantos outros obstáculos a serem superados e suprimidos, haja vista que é longo o caminho para a implementação da democracia. A democracia é força motriz para uma aproximação com a justiça social e é considerada parte constitutiva do desenvolvimento. Talvez o maior êxito dessa democracia esteja ligado à capacidade que as pessoas terão de construir novos valores. Os benefícios poderão ser notados através dos resultados das ações, onde, no mínimo, as necessidades básicas serão contempladas por toda a sociedade.

O desenvolvimento na esfera ambiental

As preocupações com as questões ambientais ganham cada vez mais espaço em todos os setores da sociedade. Os problemas ambientais são antigos, mas somente nas últimas décadas a formação de uma consciência mundial da gravidade e da necessidade de soluções que envolvam toda a sociedade foi iniciada.

Entretanto, foi somente no século XX que a sociedade “presenciou uma grande transformação da relação do homem com a natureza, sobretudo na percepção que este tinha da natureza e dos problemas ambientais.” (CAMARGO, 2002, p. 56).

Alguns movimentos surgiram devido ao modelo de desenvolvimento capitalista, baseado nos lucros, crises, desequilíbrios e contradições. Os primeiros esforços mundiais partem da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Conferência de Estocolmo, em 1972), evento onde se inicia o caminho ao conceito de ecodesenvolvimento, que estaria na base do futuro conceito de desenvolvimento sustentável. No decorrer dos anos, outras conferências mundiais sobre o tema surgiram, com destaque para a Conferência do Rio (mais conhecida como ECO-92), em que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi amplamente divulgado, fornecendo ao termo uma visibilidade internacional. A Conferência de Joanesburgo (Rio + 10), realizada em 2002, e a Conferência Rio + 20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, deram sequência à agenda mundial sobre os temas relacionados ao tripé viabilidade econômica, preservação ambiental e coesão social.

Nesse sentido, desde o ano de 2008, o mundo passa por uma crise financeira e econômica, com taxas de desemprego altas e capacidade produtiva deteriorada, o que vem agravando e intensificando as tensões e desigualdades no mundo. Nesse cenário de crise, as questões financeiras e econômicas ganham o foco principal na agenda política em todas as escalas governamentais (local, estadual, nacional e global), e a busca de soluções para reverter essa crise passa pela temática ambiental.

No que se refere a essa questão, “pode-se dizer que os conflitos modernos, sobretudo os socioambientais, são inerentes à própria formação do modelo atual da sociedade.” (THEODORO, 2005, p. 52). Sendo assim, além de problemas ambientais, o atual modelo de sociedade é pautado pela necessidade do consumo, principalmente no mundo ocidental, e isso gera outros impactos negativos, como cita Chacon (2007), o modelo adotado pelas economias que comandam o sistema econômico mundial tem gerado graves problemas como a exclusão social, o desemprego, a discriminação, a violência, as drogas, dentre outros.

Contudo, apesar do debate recente, da percepção das necessidades, dos estímulos e medidas para a conservação e a preservação ambiental, nota-se que essa pauta ainda fica renegada a um segundo plano em que, geralmente, se priorizam ações, medidas e estratégias no âmbito econômico.

As atividades humanas, centradas no modelo de desenvolvimento vigente, produzem impactos ambientais em vários níveis que afetam a água, o solo, o ar e a biodiversidade. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2014), em 2050, a biodiversidade terrestre deverá diminuir em mais de 10%, e 40% da população mundial viverá em áreas de alta escassez de água. Mortes prematuras ligadas ao material particulado

atmosférico estão projetadas para dobrar, e as alterações climáticas serão acentuadas devido ao aumento das emissões de gases do efeito estufa.

Sendo assim, a centralização de atividades, políticas e processos com foco apenas na dimensão econômica ainda é uma constante que precisa ser repensada para o atendimento das necessidades relacionadas ao meio ambiente e ao social, visando a compreensão e a assimilação multidimensional e multifacetada do que se denomina de desenvolvimento. Esse repensar da trajetória do desenvolvimento pautado apenas no aspecto econômica visa combater o atual quadro de segregação social em que com o acúmulo de riquezas está associado à degradação dos recursos naturais. Nesse sentido, Boff (1999, p. 73) argumenta que:

Não se trata somente de impor “Limites ao Crescimento” (título da primeira solução apresentada em 1972 pelo Clube de Roma) mas de mudar o tipo de desenvolvimento. Diz-se que o novo desenvolvimento deve ser sustentável. Ora, não existe desenvolvimento em si, mas uma sociedade que opta pelo desenvolvimento que quer e que precisa.

Seguindo a corrente de pensamento de Furtado (1974), em que o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas, a complexidade dos processos físicos naturais merece ser adequadamente considerada, da mesma forma que as relações sociais e as desigualdades que dela emergem.

Apesar da importância das políticas públicas intergovernamentais, é necessário pensar em um desenvolvimento integrado e multidimensional, que, de acordo com Amaro (2003, p. 17-18):

[...] valoriza capacidades e o «empowerment», facilitando a coesão social; - assenta na participação; permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias; - visa a interdependência ambiental; - é multiterritorial; - promove a diversidade.

Desse modo, o desenvolvimento passaria a incorporar multidimensões que possam qualificar os territórios e consolidar uma política de desenvolvimento articulada com o meio ambiente e a sociedade.

Portanto, pensar o desenvolvimento hoje é incluir a categoria ambiental nas análises, visto que esse é um elemento que extrapola fronteiras e influencia todo o globo, tanto no âmbito político-econômico, quanto no sócio-cultural.

Considerações Finais

Os desafios do desenvolvimento passam primeiramente pelo entendimento do que ele venha a ser considerado. O tempo e o espaço, em um dado momento, refletem as reais necessidades de uma sociedade. O que antes era imprescindível talvez amanhã não seja mais. A cada nova solução, novas problemáticas configuram-se, gerando conflitos que devem suscitar diversos diálogos, oportunizando a criação e formação de novos valores através da democracia.

A importância da análise dos conflitos e/ou soluções deve considerar a articulação entre escalas. Dessa forma, a multiescalaridade apresenta-se como parte do pensar o desenvolvimento, visto que as ações globais (que partem de um dado espaço) influenciam territórios por vezes longínquos. Há de se considerar que as articulações estão submetidas às leis, centros de controle e padrões diversificados que têm de ser observados e analisados, e isso serve de suporte para delinear novas estratégias de desenvolvimento com mais justiça e democracia.

O desenvolvimento, em qualquer uma das suas concepções, deve resultar em uma análise multidimensional e interdisciplinar, pois a natureza evolutiva desse conceito precisa se adaptar às escolhas humanas e aos seus condicionantes. No entanto, o êxito no avançar do desenvolvimento não envolve apenas instituições capazes de melhorar o funcionamento da sociedade, mas o aprimoramento das capacidades humanas e o fluir de nossos comportamentos diante dos conflitos, estimulando assim mais diálogo e superação.

As dimensões do desenvolvimento relacionadas à escala, ao meio ambiente, à democracia e à redução da desigualdade são dimensões que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Portanto, é preciso pensar novos rumos para o desenvolvimento que favoreçam o conjunto da população em suas múltiplas singularidades. Palavras como justiça, equidade, democracia e tantas outras precisam estar sempre na pauta de discussão, tanto com o humano, quanto com o ambiente em que ele vive.

Referências

AMARO, R. R. (2003). Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**,4, Janeiro / Julho, 37-70.

BRAGA, T. M.; et al. **Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 22p. (Texto para discussão; 225).

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.107. p.57-76, jul./dez. 2004.

BNDES, 2002. Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro III. **Desenvolvimento Urbano: cidades sustentáveis e qualidade de vida**. Organizadora Ana Célia Castro. – Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, 2002. v.3. Acessado em 23 de novembro de 2015 no endereço <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_debate/3-DesenvUrbano.pdf>

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do Humano – compaixão pela Terra**. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro. 1999.

BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 354 p. (Série BNB teses e dissertações, n. 08).

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política e sociedade**, nº5, Outubro de 2004.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. amp. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola 1998.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rap – Rio de Janeiro** 42(3). p.551-79, maio/jun. 2008.

MOREIRA, S. B. Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. 2009. In: **Comunicação apresentada no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto - 2009**, Braga. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/4497>>. Acesso em 20 de jan. de 2016.

OECD (2014), Policy challenges for the next 50 years. **OECD Economic Policy Paper**. July 2014/ No. 9.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de; Rodrigues, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do**

espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

THEODORO, S. H. (Org.) **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Endereço para correspondência:

David Melo van den Brule – naturezageografia@gmail.com

Av. Prof. Moraes Rego, 1235

50670-901 Recife/PE, Brasil

Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira – ivetefer@gmail.com

Av. Prof. Moraes Rego, 1235

50670-901 Recife/PE, Brasil

Diego Coelho do Nascimento – diegocn_jua@yahoo.com.br

Av. Prof. Moraes Rego, 1235

50670-901 Recife/PE, Brasil

Leonardo Nogueira de Queiroga Maciel – leonqm@gmail.com

Av. Prof. Moraes Rego, 1235

50670-901 Recife/PE, Brasil